

SESSÕES DO PLENÁRIO

4ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de março de 2021. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 10 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom dia a todos os colegas.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.041/2020, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito interna a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e o Banco do Brasil S.A. e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo nº 2.932/2021, da Mesa Diretora, que renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de orador no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

Antes de passar a palavra ao deputado Hilton, eu queria dar uma satisfação a todos os colegas. Existem algumas manifestações para que a gente volte abrir a Assembleia.

Primeiro, seria um contrassenso. Nós estamos com medidas restritivas tanto do governador como do prefeito. Todos estão vendo o que está acontecendo no Brasil e, aqui, na Bahia, caminhando para 13 mil mortos. Só na prefeitura há mais de 100 pessoas esperando vagas em UTI, isso depois de mais de 100 terem sido reguladas de ontem para hoje. Então, todos estão conscientes. Por este presidente não tem problema...

Ontem, eu ouvi, alguns de vocês devem ter ouvido, críticas de um jornalista em um programa televisivo, dizendo que os deputados poderiam estar trabalhando. O nosso trabalho é diferenciado, porque nós não trabalhamos sozinhos. Nós trabalhamos recebendo prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças políticas, movimentos sociais. Então, seriam milhares de pessoas aqui na Casa. Esta Casa que já tem mais de 20 pessoas positivadas. Então, é claro que eu não tomarei nenhuma medida sem ouvi-los, sem dividir as responsabilidades e as medidas. Só queria dar um...

Amanhã teremos essa reunião para falar com o governador, com o prefeito... Não, me perdoem. Amanhã é a posse do TCM e da UPB. Hoje à tarde, às 2h30min, será essa reunião em que os secretários das pastas darão maiores detalhes.

Queria dizer a todos que, nesta Presidência, não tomarei medidas unilaterais, tomarei em conjunto com todos vocês, com a Mesa, ouvindo todos, o.k.?

No dia de ontem teríamos votação, mas, com a perda prematura, pela Covid-19, do pai do nosso colega e amigo deputado Carlos Geilson, ouvindo as lideranças, nós resolvemos suspender a sessão de ontem e estamos fazendo agora pela manhã. Então, queria dar um abraço no deputado Carlos Geilson, que está aí marcando presença, já falei com ele hoje pela manhã. E vamos lá!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: O.k. Bom dia, presidente, bom dia deputadas, deputados e todos que nos acompanham aqui através da *TV ALBA*, nós queremos, antes de tratar do tema que nos faz ocupar esta tribuna, Sr. Presidente, marcar aqui a nossa solidariedade e parabenizar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – ex-presidente, Partido dos Trabalhadores – pelo desmonte da farsa daquele processo, que foi realmente marcado por um conjunto de manipulações, tendo como casa a Justiça Federal de Curitiba. Neste momento, nós percebemos que, sim, agora a justiça está sendo feita. Isso é algo importante e precisa ser registrado no cenário da luta política do Brasil.

Mais uma vez, parabéns! E vamos estar, cada vez mais, atentos aos golpes e contragolpes que podem surgir de maneira diferenciada, de maneira criativa dessa extrema direita para tentar aniquilar os setores populares.

Bom, Sr. Presidente, mas eu ocupo esta tribuna, principalmente, para tratar de uma situação que tem nos incomodado desde que iniciamos o nosso mandato. Trata-se da situação dos concursados da ALBA.

Nós tivemos a notícia de que a 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, o juiz titular, Dr. Glauco de Campos, proferiu uma decisão a partir de uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público, relacionada a essa situação dos concursados de 2014. A decisão determina que se apresente em juízo no prazo de 15 dias – pelos nossos cálculos, a partir das informações da data da intimação, faltam 7 dias –, ou seja, que no prazo de 7 dias se apresente a lista contendo todos os contratados Reda, indicando nomes, função e remuneração. Em caso de descumprimento, a multa diária de R\$ 1 mil recairá sobre V. Ex.^a diretamente.

E nós queríamos aqui marcar, Sr. Presidente, que essa situação precisa ser resolvida. Ela vem se transformando numa bola de neve por um motivo muito simples. É fundamental que o serviço público esteja realmente ocupado por servidores públicos.

O nosso compromisso com essa causa vem desde o início do nosso mandato a partir de uma referência, inclusive, à Constituição Brasileira, que prioriza a ocupação do cargo público pelos servidores públicos. Em função disso, nós não apenas encaminhamos ofícios, nos pronunciamos em tribunas anteriores à gestão de V. Ex.^a, mas, inclusive, na eleição para a Presidência desta Casa, nós fizemos questão de tratar do problema dos concursados.

Então, é uma situação que precisa de uma resolução, desta Casa, o mais rápido possível, para que, de fato, nós possamos ter um ponto final em relação a essa fragilização da perspectiva de nós termos servidores de carreira na Casa.

Nós entendemos a situação dos Redas. É importante, mas nós sabemos que a condição do Reda é fundada...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) num curto espaço de tempo, e nós precisamos então...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ernâni, feche aí, por favor.

O Sr. HILTON COELHO: (...) que os concursados de 2014 ingressem na Casa como lhes é de direito e como manda a afirmação de um bom serviço público.

Eu queria pedir informações ao presidente e ao mesmo tempo conclamar à Casa para que coloque um ponto final nessa situação, convocando os concursados de 2014.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, eu queria dizer a V. Ex.^a a respeito dessa decisão da Justiça de 1º grau que a Assembleia está tomando... ingressamos com uma ação no TJ e estamos esperando o resultado.

Eu queria dizer a V. Ex.^a que nós não temos concurso nenhum aqui na Casa. O concurso foi feito em 2014, por 2 anos, até 2016. Em 2016, foi prorrogado por mais 2 anos e, em 2018, foi encerrado. Então, não tem cadastro de reserva. Inclusive, alguns que fizeram o concurso acionaram o STJ querendo esse direito, e nós temos a resposta do STJ, do ministro Og Fernandes, dizendo que não existe esse cadastro de reserva.

Então, não há o que se falar em concurso, a não ser um novo concurso quando a Assembleia resolver provocar e fazer um novo concurso.

É claro que isso é uma eterna discussão, porque já vem se arrastando desde outras presidências, desde a época do presidente Marcelo Nilo, que fez esse concurso de 2014, chamaram algumas vagas, e essa é a eterna briga: o Ministério Público querendo dar as ordens em outro Poder.

Então, vamos esperar a Justiça se manifestar, e esta Presidência vai acolher a decisão judicial que vier. A decisão judicial é para ser cumprida e contestada em outros meios e em outros tribunais superiores. Eu espero ter respondido a V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, bom dia a todos os deputados e deputadas. Inicialmente, em nome da Bancada da Maioria, quero me solidarizar com o deputado Carlos Geilson, o que quase todos nós fizemos no dia de ontem, mas é sempre bom. Eu disse para ele ontem: “Já passei por isso duas vezes, com meu pai e com minha mãe, e sei da dificuldade que é.” No momento em que eu liguei para ele, ele estava consolando a sua mãe, e sei o que passa na nossa cabeça nesse momento. Por isso, Carlos Geilson, todos nós somos muito solidários a você. Conte com a gente. Deus sabe de tudo, e fique com Deus.

Sr. Presidente, por generosidade, o PT cedeu o espaço ao deputado Marcelino Galo e ao deputado Jacó, cada um pela metade do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 6 minutos, o deputado Marcelino Galo, e pelos 6 minutos restantes, o deputado Jacó.

Pois não, deputado Marcelino.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Bom dia, senhores e senhoras deputadas. Quero cumprimentar o presidente.

Presidente, quero registrar a condução de V. Ex.^a, expressando, neste momento, a responsabilidade deste Poder Legislativo com a situação extremamente crítica do nosso estado. E é bom aqui registrar que é um dos estados referência na condução do enfrentamento à Covid, no entanto, já estamos entrando quase em colapso do sistema de saúde.

Então, recomendo que todos os deputados e aqueles que fazem esses apelos participem dessa reunião e possam ali ouvir do secretário de Saúde da Prefeitura, que tem tido um excelente desempenho, e o secretário de Saúde do Estado, que age como um agente de estado, conduzindo ali de forma republicana, com a ciência, com o que recomenda a medicina, para combater... Então, não é esse Poder que vai negar, que vai se contrapor ao que coloca a ciência e como deve ser conduzido o enfrentamento.

Dito isso, eu gostaria de cumprimentar tanto o líder da Maioria e todos os deputados e deputadas, como o líder da Minoria, deputado Sandro Régis. E aqui

também falar que ontem foi um dia especial, o Dia das Mulheres. Cumprimento aqui todas as nossas queridas deputadas, atuantes, batalhadoras, que expressam a luta das mulheres. Mas ele foi com uma pitada especial, ali tivemos a notícia da anulação... é um processo que se inicia.

Na verdade, uma atitude do Fachin, ela é como as elites agem neste país, quando deram a anistia, deram a anistia para os torturadores criminosos e para aqueles que foram torturados, e ele, na sua medida, justamente favoreceu mais o Moro do que aquele gigante em quem devemos nos espelhar.

Lula se negou a fugir deste país, e ali, quando estava no ABC, no sindicato dos metalúrgicos, a pressão dos companheiros era para que ele não se entregasse, resistisse, e ele disse que se entregaria e provaria a sua inocência.

Então, dentro de um presídio, isolado, ele conseguiu desmascarar parte do sistema judiciário que o condenou, junto com a mídia parcial e com o sistema, parte do sistema sob controle do capital financeiro, e agora mostra toda a sua aliança com o capital financeiro internacional, com a geopolítica feita pelos Estados Unidos. Isso tudo é desmascarado. Então, tem que registrar como esse homem agiu, o que ele passou, perdendo a sua mulher, perdendo o seu neto, proibido de ir ao enterro, e ali resistiu. Essa é a nossa maior referência.

Nós não estamos hoje preocupados se Luiz Inácio da Silva vai ser candidato ou não, mas nós temos que nos espelhar na história desse homem, que agora prova e inicia provando que nós temos que lutar justamente para que se declare não só a incompetência, como colocou, mas tem que ser a suspeita do sistema podre, podre, que condenou essa grande liderança popular, essa grande referência do mundo.

Então, eu gostaria de registrar com extrema felicidade esse Dia Internacional das Mulheres, dia de luta por justiça, e a justiça começa a se fazer neste país.

Então, viva Luiz Inácio Lula da Silva!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, colegas. Eu queria me solidarizar com o nosso colega Carlos Geilson, os meus sentimentos, deputado, a V. Ex.^a e a toda a sua família. Momento difícil e, com certeza, o tempo vai ajudar todos a superar essa perda que é muito grande para todos nós e principalmente para a sua família. Fica aqui a nossa solidariedade.

Sr. Presidente, colegas deputados e povo da Bahia, nada melhor do que um dia atrás do outro. A verdade sempre aparece. Nós dizíamos há muito tempo que Lula foi vítima de uma máfia instalada no Poder Judiciário, no Ministério Público Federal, orquestrada pelos grandes grupos econômicos e pelos meios de comunicação, principalmente a *Rede Globo*, que tramaram esse golpe, essa farsa, que implantaram essa perseguição implacável, injustificável, contra o nosso líder maior, o presidente Lula, porque Lula cometeu um grande erro neste país, que tem a sua história manchada pela escravidão, ele deu ousadia aos pobres. Botou o pobre para estudar, para virar

doutor, criou programas como Luz para Todos, Água para Todos, Pronuni, Fies, criou novas universidades, novas escolas técnicas.

Nunca, na história deste país, o salário mínimo foi tão valorizado. Chegamos a viver o emprego pleno, descobrimos o pré-sal, fortalecemos a Petrobras, passamos a desenvolver uma política da Petrobras que valorizava o mercado nacional, que controlava o preço da gasolina para o seu povo. E por isso tudo ele revoltou essa elite hipócrita deste país, que, de forma irresponsável, não tem compromisso com essa nação nem com a democracia brasileira, Sr. Presidente.

Eles foram capazes de rasgar a Constituição, através dessa máfia, liderada por esse bandido chamado juiz Sérgio Moro, alinhado com esse procuradorzinho capacho e irresponsável chamado senhor Dallagnol, que montaram essa farsa, apoiados por outros procuradores, apoiados por juízes de tribunais superiores, que condenaram Lula de forma irregular, de forma rápida, relâmpago, porque eles sabiam que Lula era inocente, eles sabiam que Lula iria ganhar as eleições. Eles não derrubaram Dilma, não deram o golpe das pedaladas em vão, eles não deram o golpe para deixar Lula voltar a governar e ser o presidente deste país. Então, eles exerceram esse papel sujo. São os pombos sujos da República brasileira. O Sr. Moro, que vergonha! O Sr. Dallagnol...

E aí eu queria cobrar a coerência de muitos, Sr. Presidente, que subiram à tribuna, que subiram aos púlpitos de diversos espaços para condenar Lula injustamente, sem provas. Quantos fariseus não o condenaram sem provas? Será que agora vão ter a humildade de subir a uma tribuna e dizer: “Perdão, Lula, nós erramos. Nós condenamos você injustamente”? Será que a *Rede Globo* vai ter condição política de fazer isso, de pedir perdão pelo mal que fez ao país? Porque estamos vivendo esta tragédia, essas pessoas são responsáveis diretas pela tragédia que estamos vivendo no nosso país. São mais de 200 mil mortos! A fome voltou ao nosso país, o desencanto, o desemprego! Temos uma doença que nos mata, que nos aflige. E o remédio é amargo, mas o presidente não está nem aí, porque ele tem o poder de trazer a cura, e não traz, não se movimenta. E eu não vejo ninguém, nenhum dos aliados dele cobrar essa posição. Se tem o remédio, cadê o remédio? O remédio é a vacina. Cadê a vacina? Cadê a vacina? Vacina já! Esta é a solução. O fechamento do comércio, de toda a sociedade é lamentável, mas é um remédio amargo necessário porque quem está doente precisa tomar remédio para ficar bem, para salvar sua vida.

Agora, a cura para essa doença que nós estamos vendo está na vacina. E nós temos um governo genocida, irresponsável, que odeia o povo brasileiro, que se nega, tem se negado, a dar a vacina, a providenciar a vacina, hoje nós estamos no final da fila. Um presidente que incentiva a morte, que incentiva a aglomeração. Esse cidadão é responsável por milhares e milhares de mortes que acontecem no nosso país. E tudo isso a troco de quê? Da entrega do patrimônio nacional, da vergonha deste país.

Enfim, nós estamos vivendo, Sr. Presidente, uma tragédia nacional. E essa decisão do ministro Fachin, que reconheceu a Constituição Brasileira, nos enche de alegria e de esperança, porque acreditamos que vamos voltar à normalidade. E Lula, apesar de 580 dias preso injustamente, ilegalmente, voltou, voltou para o nosso meio, está livre, habilitado para disputar as eleições. Por isso, essa turma deve estar inquieta,

desesperada, porque “Lulinha paz e amor” voltou e vai trazer a onda vermelha. A onda do 13 vai varrer este país, e nós vamos retomar este governo para cuidar das pessoas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) para cuidar de gente, porque quem sabe cuidar de gente é o PT, é Lula, é Rui Costa, que faz o melhor governo que esta terra já fez.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço, mas, para finalizar, Sr. Presidente, 10 segundinhos. Eu queria repudiar com veemência a postura da prefeita de Mucugê, que é do DEM, que é dessa turma que odeia o povo da Bahia, que derrubou mais de 20 casas. Foram 20 famílias... tiveram de uma hora para outra, Sr. Presidente... às 5 horas da manhã, as famílias com suas crianças dormindo em casa, chegaram as máquinas para derrubar suas casas, sem ordem, sem aviso. Uma vergonha! Uma desumanidade! É dessa forma que o DEM trata o povo da Bahia. E nós queremos repudiar com veemência essa atitude mesquinha da prefeita de Mucugê para com o seu povo.

Era isso, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Jacó.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB/Republicanos para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, falaremos eu, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o líder Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos, e o nobre deputado Paulo Câmara.

Pois não, deputado Sandro.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, bom dia, quero também desejar um bom-dia a todos os nossos colegas. Em nome da Bancada da Oposição, abraçar esse nobre companheiro, legítimo deputado, deputado Carlos Geilson. Também lhe agradeço, Sr. Presidente, em nome da bancada, pela sua deferência, ontem, em prontamente atender à nossa sugestão e, em decorrência do falecimento do pai de Geilson, cancelar a sessão de votação que seria ontem. Então eu quero lhe agradecer, a V. Ex.^a, pelo seu gesto para com a Bancada da Oposição.

Sr. Presidente, eu fico aqui escutando os deputados do Partido dos Trabalhadores falarem da questão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como se o Brasil e o brasileiro não tivessem memória e esqueceram que o PT foi o partido que liderou os maiores projetos de corrupção já vistos neste país: o PT do “Petrolão”, o PT do “Mensalão”, o PT do superfaturamento do prédio da Petrobras aqui na Bahia, o PT que teve todos os diretores financeiros presos por corrupção; e agora o mesmo PT, na pessoa dos seus deputados, vem querer usar o manto de santo de Madre de Calcutá para dizer que o PT foi um partido tendo o seu líder, o ex-presidiário Lula Inácio da Silva, como o grande santo deste país.

Os processos estão correndo na Polícia Federal, não só processos do PT nacional, mas do PT estadual e de diversos outros partidos, diretórios do PT em nível nacional. Eu tenho muito medo, Sr. Presidente, quando se tem uma vitória de pirro e se começa a cantar de galo. Às vezes, a queda do cavalo é muito maior do que o coice. Então, como falou o nobre deputado Jacó, vamos dar tempo ao tempo, vamos aguardar, porque eu acho que tem muita coisa ainda para se desenrolar.

A decisão do ministro Fachin foi uma aberração jurídica, ele monocraticamente jamais poderia entrar no mérito, mas nós temos confiança no Supremo Tribunal Federal, de que ele não irá se desmoralizar como se desmoralizou o ministro Fachin.

E tenha muita calma e muita cautela ao sair acusando o DEM, deputado Jacó, porque, de repente, amanhã, V. Ex.^a poderá precisar do DEM ou da Bancada da Oposição na Assembleia. Então faça o seu discurso institucional. Institucional. Porque o que vocês não aguentam é escutar críticas, é escutar a verdade. Nós temos aqui, até hoje, Sr. Presidente, V. Ex.^a é testemunha, usado do bom senso da Bancada da Oposição. Todas as vezes em que o deputado Rosemberg me liga para tratar dos assuntos dos projetos da Casa, o deputado Rosemberg tem sido testemunha do meu cuidado em procurar ajudar. E, como também eu tenho de ser justo, lembro da recíproca do deputado Rosemberg, sendo um verdadeiro lorde com a Bancada da Oposição.

Agora, o que nós não vamos aceitar é que os discursos políticos passem para o ataque partidário. Uma coisa é ter a elegância do deputado Marcelino Galo, que elogiou o ex-presidente Lula, mas não atacou ninguém... Mas você pode ter certeza, Sr. Presidente, se for para desenvolver nesta Casa, neste Plenário, um espírito de guerra, um espírito combativo, um espírito do “trava-tudo”, do quanto pior melhor, a Oposição não irá se abster dessa conduta.

Peço desculpa a V. Ex.^a, que, mesmo neste momento difícil em que assume a Presidência, tem sido um presidente equilibrado, um presidente, um maestro, com esse peso todo. Posso dizer que V. Ex.^a está tendo a delicadeza, como presidente, com todos da Casa, de entrar num armário cheio de louças e não quebrar nenhuma taça, mas a Oposição não poderá se calar ou continuar agindo da mesma forma para escutar discursos como esse do nobre deputado Jacó, a quem, pessoalmente, não tenho nada contra. Mas não vamos admitir aqui ataques ao nosso partido e aos nossos partidários, até porque, Sr. Presidente, eu tenho um ditado que levo ao longo de minha vida: “Tristes daqueles que não têm espelho em sua casa”.

São essas as minhas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia a todos. Manifesto minha solidariedade ao deputado Carlos Geilson, falei com ele ontem. Que o nosso bom Deus receba o seu pai num bom lugar, querido amigo.

Mas, Sr. Presidente, vamos ver a vida como ela é. Vamos deixar desse negócio de politicagem, até porque política será em 2022. Eu vejo a omissão de alguns deputados, principalmente da Base do Governo, quando falam, e deveriam falar, sobre a educação no estado, a vergonha que é a educação pública no estado da Bahia, liderada pelo governador Rui Costa, do PT!!! É disso que se deve falar.

Eu fiquei assombrado, Sr. Presidente, quando eu vi a entrevista, agora, do secretário da Educação no *BATV*.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Fiquei sabendo.

O Sr. PAULO CÂMARA: Ontem foi anunciado pelo governador o retorno do auxílio. E eu fui pegar quando a Assembleia aprovou o auxílio que ele pagou em 2020: abril, maio, não pagou em junho, pagou em julho, não pagou em agosto, não pagou em setembro, pagou em outubro e não pagou mais em 2020. Foram 4 meses apenas! E agora, a vergonha nacional da nota zero, porque a educação na Bahia é nota zero, é uma vergonha, é uma discrepância nacional liderada pelo governo do PT, que nunca teve compromisso porque quanto mais burra a população, melhor como massa de manobra. Esse é o sentimento do PT, esse é o sentimento do governo da Bahia, porque se tivesse respeito, faria tudo pela educação, e não faz.

Ontem o governador anunciou, no dia 8 de março, o retorno do pagamento, e pasmem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com a entrevista do secretário da Educação, hoje, às 7h30min, no *BATV*, quando o repórter perguntou a ele quando vai ser pago, pois, já que anunciou, vai cair na conta amanhã para os 700 mil alunos. “Não, calma, veja bem”, aí vem o gerúndio: “Estamos concluindo, estamos vendo, vamos tentar resolver. A partir do dia 25 de março eu vou dar uma data para pagamentos, porque os cartões vão ter dificuldades de logística”. Cortina de fumaça! Balela! Aí o repórter fez outra pergunta: “E vai durar até quando?” Só faltou gaguejar, foi pego de surpresa: “Não, veja bem, vou consultar o secretário da Fazenda, é muito recurso, é muito dispêndio”.

Deixe de botar dinheiro em propaganda! Deixe de passar tanta mentira para a população da Bahia! Investe na educação, Sr. Governador. Investe na educação, governo do PT, coisa que vocês nunca fizeram. Vocês são uma vergonha nacional! É isso que vocês são. E não sou eu quem está dizendo, é a pesquisa, é nota zero. Esse plano que foi apresentado agora, de educação, de retorno às aulas, mentira! Cortina de fumaça! Ele não apresentou como é que vai recuperar o ano de 2020, o de 2021.

Essa bandeira híbrida não tem data para começar, não tem data para iniciar. Não sabe o que falar, estão perdidos, porque educação nunca foi prioridade para esse governo, e a prova está aí. Essa é a marca do governo do PT da Bahia! Essa é a marca do governador do estado da Bahia!

Aliás, governador, o prefeito ACM Neto, recentemente, está fazendo algumas palestras, tome um curso lá, leve a sua bancada para lá, leve a sua equipe para lá, leve seu secretário da Educação para aprender com o secretário Marcelo Oliveira como as escolas estão preparadas, como as escolas estão equipadas, como as escolas podem começar a partir de agora. É um dever do gestor, tanto municipal quanto estadual, priorizar a educação.

O retorno das aulas precisa ser retomado, sim, é uma prioridade, é uma necessidade, precisa-se resolver isso logo. Não dá mais para aguentar, mas o governo do PT fica empurrando com a barriga, porque sabe que não tem a menor condição de voltar às aulas neste momento.

Meu caro líder Sandro Régis, eu ouvi aqui o deputado Jacó falando de Mucugê, não dê ouvido a ele, não. Não gaste energia, não. Até porque é um deputado que representa a região de Irecê e que foi vaiado pela população de lá, que se escondeu e se acovardou quando tratou com descaso a falta de água em Irecê. Quando o pessoal da plantação esteve lá, ele não teve condições sequer de se defender. É um deputado que gosta disso: de invasão de terra, de tomar terra alheia, a propriedade alheia, é disso que eles gostam. Bando de preguiçosos, um MST que não faz nada, que só invade a terra dos outros, que depois vende a terra. Chega dessa gente, chega dessa gente mesquinha e barata!

E a prefeita Ana, de Mucugê, do Democratas, voltou pelos braços do povo, porque ela é idônea, ela é séria, ela é trabalhadora, ela não é do partido da boquinha, não, deputado. Ela é uma prefeita que se respeita, que é idônea, não é do seu partido, que é manchado na vida pública como um dos partidos mais corruptos do país.

Peço desculpas aos outros petistas, mas esse é um recado diretamente para o deputado Jacó, que veio aqui fazer política partidária, porque um deputado que se respeita tem que falar é da educação, tem que falar é da saúde do município, não tem que fazer politicagem em um momento tão ruim como o que atravessa o país.

É uma vergonha a Assembleia Legislativa estar fechada, e a gente fazer audiência aqui para debater política para 2022. Isso é uma vergonha de todos os líderes, aqueles que se manifestam falando de política. Política é agora! Quantas pessoas estão morrendo nas UTIs, nas UPAs, para falarmos agora de “Lula Livre”? Deixa para 2022, minha gente! Vamos tratar da educação nota zero.

Sr. Governador, governo da Bahia, governo do PT, vocês não merecem o respeito da população! Vocês merecem, sim, o repúdio!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo ou da Maioria, ou líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, vão falar... São os únicos oradores inscritos da Base do Governo, porque combinei com o deputado Sandro que sejam dois tempos, dois tempos. Então, vai falar a deputada Olívia Santana, pela metade do tempo, e o deputado Osni, na outra metade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Marquinho, V. Ex.^a está querendo fazer questão de ordem?

(Silêncio)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Dê o som ao deputado Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: Está me ouvindo bem, presidente?

(Silêncio)

O Sr. Marquinho Viana: Presidente, está me ouvindo bem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estou ouvindo.

O Sr. Marquinho Viana: Está bom! Bom dia a todos!

Eu ouvi atentamente os deputados, claro que cada grupo político defende o seu lado. Mas minha questão de ordem, Sr. Presidente, é para falar da sessão anterior, em que fui citado pelo amigo querido, líder da Minoria, Sandro Régis.

Eu não quis magoar nenhum deputado da Oposição em relação à aprovação desse empréstimo. Eu quis dizer que esse empréstimo é importante não só para a gestão de Rui Costa, mas para todos os baianos, porque esse empréstimo do governo do estado, nobre presidente, realmente irá salvar muitas vidas e vai levar água de qualidade a diversos baianos.

Então, era só para responder à sessão anterior em que V. Ex.^a não pôde falar. Eu queria só dizer ao deputado Sandro Régis que em momento nenhum eu estarei aqui para denegrir a imagem da Oposição, falar mal da atuação dos deputados da Oposição. Estão fazendo o papel de defender a política de vocês, mas, como deputado, tenho que falar das coisas corretas que o governador Rui Costa vem fazendo. Esse empréstimo de R\$ 500 milhões para a Embasa realmente irá melhorar a qualidade de vida dos baianos e salvar muitas vidas nesta pandemia.

Então, queria deixar essa minha mensagem e dizer que, nesse processo que houve com o ex-presidente Lula, é pertinente a discussão. O debate está aberto, então cada grupo político defenderá o seu lado, era isso que queria dizer na sessão anterior a respeito do que o deputado Sandro Régis falou. Então, não estou aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Marquinho Viana: (...) para denegrir a imagem de nenhum grupo e falei realmente o que penso da atuação da Embasa junto ao governo do estado.

Valeu, presidente, obrigado pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, me ouve bem?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estou ouvindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, quero, aqui, me solidarizar com o deputado Carlos Geilson pelo passamento do pai dele, expressar, de fato, os nossos profundos sentimentos e solidariedade.

Sr. Presidente, ontem, 8 de março, foi o Dia Internacional da Mulher. Essa data...

(Interferência na conexão.)

(...) as mulheres na capital baiana.

Nós temos uma Assembleia Legislativa com 63 cadeiras de deputados e apenas 10 mulheres. São 53 homens e apenas 10 mulheres. Por isso, Sr. Presidente, no debate que o mundo realiza hoje em relação à necessidade da pauta...

(Interferência na conexão.)

(...) vergonha, uma profunda vergonha de ver o presidente do Brasil, o único país que se recusou a assinar o documento das Nações Unidas que propõe...

(Interferência na conexão.)

(...) a referência em relação aos nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Imagine em que ponto está a nação brasileira. Parece que a gente está na Idade Média, com um presidente macabro, um presidente genocida, um presidente que nega isso.

Portanto, pensar a pauta da igualdade significa...

(Interferência na conexão.)

(...) reais, concretos...

(Interferência na conexão.)

(...) companheiras da comissão, nós nos reunimos na quarta-feira anterior e tomamos a decisão, presidente, de apresentar a esta Casa aquela proposta para que os colegas deputados se sensibilizem e garantam que a gente possa, neste Março Mulheres, votar um pacote de projetos das 10 deputadas. Cada deputada apresentará uma proposta, discutindo com a Comissão de Constituição e Justiça, e a Assembleia fará, sim, essa votação, beneficiando as suas mulheres, as mulheres que conseguiram, num esforço gigantesco, passar no filtro e se sentar na cadeira de deputado.

Eu faço, aqui, referência também, presidente, a que, apesar de todo o desmoronamento da democracia nacional, da democracia brasileira, ontem nós tivemos esse gesto do ministro Fachin. Um gesto tardio, que já era para ter acontecido há muito tempo, até porque a nossa Justiça não é burra. Nós sabemos que eles não são burros. Eles fizeram parte, sim, desse conluio vergonhoso que assombrou o mundo inteiro.

Diversos juristas internacionais ficaram escandalizados com a farsa montada pelo juiz Sérgio Moro e por esse procuradorzinho Dallagnol. É triste ver duas grandes instituições, ver o Supremo Tribunal, ver o Ministério Público Federal, a Justiça brasileira, sendo instrumentalizados para os interesses políticos de forças reacionárias.

O plano era, sim, depois do golpe contra Dilma, aprisionar Lula, porque o objetivo era tirá-lo do páreo da eleição de 2018. E todo mundo aqui sabe disso, sabe disso. E por isso eles derrubaram Dilma, por isso eles aprisionaram Lula, porque sabiam que a extrema-direita jamais ganharia na urna se tivesse um processo de respeito à democracia brasileira.

E o que a gente viu foi a tolerância com o erro, com o escárnio, com a distorção da Constituição, a Constituição sendo rasgada. E a obrigação de todos os parlamentares, principalmente dos juristas, é conhecer a Constituição.

Então, esse conluio parlamentar-midiático, com a *Globo* liderando, esse conluio que contou, lamentavelmente, com setores jurídicos do Judiciário brasileiro resultou nessa desgraça, essa tragédia que abriu caminho para esse cavaleiro da morte passar.

O pior de tudo é que o plano resultou na pior tragédia que este país poderia viver na sua história: um presidente incompetente, incapaz, um presidente que odeia o seu próprio povo, que não cuida, que deixa as pessoas morrerem e vai passear de *jet ski*. Ninguém nunca viu um negócio desses no mundo inteiro, no mundo inteiro! Então,

eles armaram isso pensando que iriam atingir apenas as forças de esquerda, o campo democrático e popular.

Eu quero encerrar dizendo isso: que não é só o Partido dos Trabalhadores. É pensar pequeno achar que aquela experiência dos governos de Lula e de Dilma foi uma experiência exclusiva do PT. Não foi! Foi uma experiência de uma coalizão de forças políticas, de um campo democrático e popular plural que fez muito bem ao Brasil.

Mas essa elite do atraso, essa elite escravocrata não suporta que o povo tenha o mínimo, que este país se levante, que este país gigante possa se tornar uma grande nação, porque só pensa no próprio bolso. E essa elite fez, sim, armou esse absurdo. E a gente, agora, está amargando essa decisão errada dessa elite escravocrata que jogou o país na mão desse infeliz desse presidente Jair Bolsonaro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Então, finalizando, essa decisão do ministro Fachin rearruma o campo democrático brasileiro, devolve a elegibilidade ao presidente Lula. E tenho certeza de que nós vamos dar uma grande virada daqui para frente, porque o Brasil é muito melhor do que isso em que essas forças do atraso transformaram o nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente, saudações a todas as minhas colegas mulheres que estão aqui, que lutam e que brilham todos os dias nesta Casa, fazendo um excelente trabalho em favor do povo baiano.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar para o deputado Osni, como o deputado Jacó foi citado, darei a ele 2 minutos.

Deputado Jacó, 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não conseguiu, deputado Jacó?

Deputado Osni. Está pronto, deputado Osni?

Deputado Osni?

Então, vou passar para outro.

Olhem, para que a gente adiante a sessão, até conseguirmos colocar o deputado Osni em campo, deputado Rosemberg...

Deputado Rosemberg.

Liberem aí o Rosemberg.

Está liberado, Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, eu vou usar o tempo do deputado Osni.

E queria pedir ao deputado Jacó, inicialmente... porque foram feitas duas falas, uma por parte do deputado Jacó e outra por parte do deputado Sandro Régis, no que diz respeito à questão da cidade de Mucugê. Eu pediria aos dois deputados para que

zerassem essa questão. Foi uma opinião do deputado Jacó e uma opinião do deputado Sandro Régis.

Se houve alguma fala que tenha sido agressiva a qualquer um deles, pediria que o próprio presidente encaminhasse para que se retirasse isso. Mas que a gente zerasse essa questão porque nós estamos vivendo um momento muito difícil com relação a esse processo da pandemia.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar esse momento aqui para dialogar com todas as falas que foram feitas em relação a esse episódio de ontem.

Primeiro, parabenizar todas as mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres ontem, e dizer que ainda temos muito a batalhar para dar um equilíbrio nessa relação homem-mulher, para que a gente possa ampliar a participação das mulheres na sociedade mundial, porque não é uma coisa específica do Brasil.

Essa notícia de ontem traz uma grande reflexão para nós. Primeiro, eu não estou aqui analisando essa questão apenas porque é o ex-presidente Lula. Eu estou analisando aqui é como a Justiça brasileira se diminuiu durante 5 anos para que pudesse chegar à conclusão de que não era aquele o fórum, o local para debater aquelas três ações que levaram o ex-presidente Lula à prisão.

Aquilo, queridos deputados, traz para nós uma reflexão muito grande, porque eu ouvi atentamente e li, estudei a decisão do ministro Fachin. Ele não entrou no mérito, ele julgou um pedido de *habeas corpus* da defesa do ex-presidente Lula que estava sendo tratado na 2ª Turma do STF.

O que ocorre é que a sociedade retoma o seu papel de questionar situações como essa que está acontecendo no Brasil e leva os ministros a também retomarem as suas posições de guardiões da Constituição.

E a decisão é tomada em cima de uma posição que é muito reflexiva para todos nós, quando ele diz que o juiz, para além de ser imparcial, tem de apartidário.

Isso demonstra que a corte do Paraná – sob a batuta desse criminoso Sérgio Moro, porque cometeu diversos crimes, inclusive o de ajudar a eleger esse presidente que, hoje, a maioria rejeita; a maioria que o escolheu rejeita a sua posição como presidente – tomou o julgamento dos casos do ex-presidente Lula, quando aquele tribunal não tinha competência para esse julgamento.

E por mais que a defesa do ex-presidente Lula acionasse isso, o juiz Sérgio Moro sempre negou. E o TRF-4 também negou, dizendo que era o fórum apropriado. Mas só agora teve a oportunidade de ser julgado na instância do STF, exatamente com todas as condições processuais, se era, realmente, o fórum adequado.

Essa decisão tomada na corte do Paraná mexeu com a República brasileira, mexeu com o tabuleiro da política nacional. Para além daqueles que votaram em Haddad ou que votaram em Jair Bolsonaro no segundo turno, o que se impediu com essa decisão é que se tivesse uma outra disputa. Por isso que o Fachin fala do partidarismo daquele tribunal que impediu o presidente Lula de disputar um processo eleitoral.

Porque se, realmente, acontecesse o processo eleitoral nas condições da democracia brasileira, certamente vários que votaram em Jair Bolsonaro não estariam arrependidos hoje, porque nós teríamos um presidente cuidando da vida das pessoas.

E aí, queridos deputados e deputadas, para encerrar, eu não estou falando aqui ... É lógico que, para mim, foi muito bom. É do meu partido, sei da inocência do presidente. A foto que coloquei nas minhas redes sociais junto com o presidente Lula foi naquele fatídico dia em que ele foi preso pela Polícia Federal. Então, para mim, pesa bastante.

Mas eu quero é que cada um de nós faça a reflexão, porque isso pode acontecer com qualquer um de nós. E nós não podemos permitir que a Justiça seja utilizada para perseguir pessoas, para tomar partido eleitoral.

A Justiça se reencontra, na minha opinião, com a própria Justiça. E eu acho que, por isso, todos nós, independentemente de Maioria ou de Minoria, entendemos que é o reencontro da Justiça com ela mesma. E vamos torcer para que ela continue se superando. E volte a ser o STF o Supremo Tribunal. Os tribunais, os juízes de piso, que seja essa a Justiça guardiã da Constituição e que cuide da população brasileira.

Viva Lula!

E só poderemos superar tudo isso quando ele tiver a oportunidade de disputar o processo eleitoral, o que lhe foi tomada pelo partidário juiz Sérgio Moro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, está escutando?

Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Soldado Prisco.

Feche aí.

Fechou?

O Sr. Sandro Régis: Não, está aberto.

Fechou.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, bom dia. Bom dia aos membros desta Casa Legislativa.

Fiquei ouvindo os discursos aqui, inclusive o último aí, do líder da Maioria, Rosemberg Pinto, no qual ele cita o Poder Judiciário e a decisão do ministro Fachin.

Sr. Presidente, a minha avó já dizia que pimenta nos olhos dos outros é refresco. Eu cumpri pena de 2 anos, 11 meses, 23 dias e 8 horas em 2014. Cumpri pena sem que o processo sequer tivesse iniciado a fase de instrução. Fui eleito enquanto estava preso, primeiro preso eleito deputado da história, sem poder fazer campanha. Cumpri parte

do mandato preso por esse mesmo processo que nem sequer tinha iniciado a fase de instrução, no qual o Poder Judiciário, à época comandado pelo Partido dos Trabalhadores federal e estadual, me fez uma perseguição política jamais vista na história, comprovadamente. E agora estou vendo essa hipocrisia e demagogia. Incrível como as coisas voltam!

À época, o mesmo Supremo Tribunal Federal derrubou a decisão. E aí, no Plenário da Assembleia, eu chorei ao ler aquela decisão, porque nada sobre mim foi colocado. O processo, inclusive, foi arquivado à época, diferentemente do caso do ex-presidente Lula, pois o ministro Fachin não disse que ele era inocente em momento algum, só julgou a questão da vara, que a vara não era competente para julgar os casos, que agora foram repassados para a vara distrital em Brasília.

Esse foi o julgamento. Não está julgado o mérito. Não foi como aconteceu comigo, diante de tanta perseguição que sofri, praticada por esse governo. E, aí, eu vejo o silêncio ensurdecido desta Casa.

Mas a nossa luta vai continuar para mostrar que realmente o Poder Judiciário não pode ser partidário, nem lá nem cá, nem em lugar nenhum. Essa sempre vai ser a nossa luta. Agora, que seja para todos, não para quando eu estiver no poder servir para mim, e a oposição, eu vou perseguir, como foi feito comigo. Essa é a primeira fala que eu deixo aqui, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, outra coisa que eu vejo é o silêncio ensurdecido desta Casa. Vejo críticas ao Poder Judiciário, mas a Operação Faroeste se passou aqui, na Bahia. Já vi duas operações, e eu vi esta Casa num silêncio. Parecia que eram grilos cantando, “crique, crique”, e ninguém comentou nada.

Chegou no Executivo baiano! Vários desembargadores vendendo sentenças. E quem está dizendo não é o deputado Soldado Prisco, não. Está nos processos. E não vi nenhum deputado aqui falar nada. Por que será? Por que esse silêncio quando aconteceu a Operação Faroeste? Por que, até hoje, ninguém fala da Operação Faroeste, do maior fato criminoso que aconteceu nesta terra, da maior organização criminosa que aconteceu na Bahia, nunca mais vista aqui nessa terra?

E também não sou eu que estou dizendo, é o Ministério Público Federal e a decisão do STJ que falam isso. Está lá escrito. Mesmo com tantas provas robustas, delações, ninguém fala nada. O silêncio na Secretaria da Segurança Pública, onde o MPF – Ministério Público Federal concordando, em concordância com o STJ, disse que ali estava o núcleo criminoso dessa quadrilha. Cadê os deputados da Bahia? Cadê a Assembleia Legislativa? Por que ninguém fala nada?

E, agora, eu vejo aqui discursos emocionados, porque o ministro Fachin apenas julgou a competência da vara, mas não citou ninguém. Que absurdo! Me perdoem, quanta hipocrisia e demagogia nesta terra!

Tenho pena do povo da Bahia que esperaria uma Assembleia Legislativa muito mais combativa, muito mais séria, muito mais fiscalizadora do Executivo; não subserviente ao Executivo, como a gente vê. Isso é um verdadeiro absurdo! Não poderia me calar diante de um absurdo como este. Eu deixo aqui a minha segunda reflexão.

Outra coisa, Sr. Presidente. Nós estamos vendo nas ruas a realidade de uma categoria de policiais militares, bombeiros e policiais civis pagando com a vida. Já são 76 dentre policiais civis, militares e bombeiros. Morremos mais do que o povo da saúde, que está na linha de frente. Todos os dois deveriam receber o mesmo tratamento igualitário. Mas não estamos vendo isso.

O governo do Estado, que vai para a TV, que chora as lágrimas de crocodilo, na realidade, na prática, para dentro, a gente está vendo que aquelas lágrimas eram de crocodilo, sim, porque nada faz para mudar a realidade desta categoria que está morrendo todos os dias, que tem vários policiais afastados, que vai chegar um tempo de não ter nem efetivo para colocar na rua. Mesmo assim, é como se fosse o suicídio, o governo impondo.

Coloca um comandante-geral que utiliza o instrumento da repressão em vez do diálogo para cobrar que eles vão para a rua, dediquem as suas vidas mesmo morrendo. Não tem álcool, não tem máscara, não tem desinfecção nas viaturas. As trocas dos serviços estão acontecendo nas ruas: um saindo do posto e o outro pegando. Os quartéis sem nenhuma condição, sem uma desinfecção feita.

Nós temos o Corpo de Bombeiros. Eu quero parabenizar o comandante do Corpo de Bombeiros, porque, lá, faz desinfecção, lá, dá as condições. Mas o governo não está nem aí. As delegacias estão com vários policiais infectados, vários policiais civis perdendo suas vidas.

Nem o Planserv garante o direito a fazer os testes para os policiais. Essa categoria está sofrendo. Ontem, 14 policiais de uma mesma unidade, 12º Batalhão, afastados; 12 da Companhia... da 49ª afastados também. Os policiais que prestam serviço aos postos de saúde, que estão na linha de frente, lá vacinaram o copeiro, vigilante, enfermeiro, médico... Nada contra esses profissionais. Mas lá tem um profissional que parece que é esquecido. Até quando nós seremos tratados dessa forma?

Bem, 18 oficiais do Graer foram vacinados, na justificativa desse comandante-geral e desse governo que são prioridades, estão levando vacinas. Parece que é só eles que estão levando, parece que até são eles que estão na linha de frente. Furaram a fila. Não sou contra oficiais serem vacinados, não!

Mas o direito tem que ser para todos aqueles que estão na linha de frente, que estão dedicando as suas vidas aos baianos, que não têm condições de trabalho. Os salários são miseráveis neste governo. Tudo o que foi dado por este governo não foi dado, foi conquistado a lutas duras, com perseguições, e continuam até hoje as perseguições. Quando se fala em greve, luta, persegue, pune. Mas aqueles que foram beneficiados, não. Então, até quando este governo da Bahia vai tratar a segurança pública da Bahia deste jeito?

A realidade está nas ruas. O povo está morrendo, não só pelo coronavírus, pois foram 39 homicídios de sexta até segunda-feira. A imprensa está mostrando toda hora, se mostra um caso ou outro. A violência na Bahia chegou a números alarmantes que não tem mais o que se falar. Os bairros estão dominados pelo tráfico.

E, aí, eu vejo operações faraônicas, midiáticas, nada diferente do ex-comandante que saiu para esse. É mais do mesmo. Uma jovem negra – eu não vi ninguém do

movimento negro falar nada, incrível – morreu assassinada, trabalhando em um mercado no bairro da Valéria.

E, aí, o que foi que o estado fez no outro dia? Mais uma operação faraônica, midiática. Botam 500 policiais lá, bota helicóptero, vão ficar até um tempo. Em São Caetano o pau está comendo; e nos outros bairros também. E aí? Vão botar 500 em cada lugar? Até quantos dias isso? E por que não se aumenta o efetivo? E por que não se melhoram as condições de trabalho dos policiais? E por que não pagam a insalubridade dos policiais, que é a única categoria doando a vida, provando que morreram mais policiais do que na Saúde. É a única categoria de trabalhadores no Brasil e na Bahia que não recebe insalubridade nem periculosidade!

E, aí, o governo vai para a TV e chora. Vários pais e mães de família estão chorando, governador, por irresponsabilidade sua ao não tratar a segurança pública com seriedade, ao não tratar a pandemia com seriedade.

O Hospital Metropolitano está fechado, precisou todo mundo bater, fazer panelaço, implorar para o hospital abrir. O Maternidade João Batista Caribé está fechado há mais de dois anos em uma reforma inacabável. Até quando o povo da Bahia vai pagar este preço por ter este tratamento?

Toque de recolher, o governador decretou. Sou a favor, governador! Mas o toque de recolher na Bahia já acontece há muito tempo em seu governo. É o tráfico que determina em todos os bairros de Salvador. O domínio deles é geral. E nada! Só vemos bravata e política bravateira. A realidade continua nua e crua para o povo da Bahia. O bairro de Cajazeiras, a segunda maior cidade do estado, com 800 mil habitantes, só tem 158 policiais.

Na calada da noite, transformaram aquela 3ª CIPM em um batalhão, 21º Batalhão. Para quê, eu não sei. Aliás, eu sei, para ganhar as gratificações, os DAS, os símbolos. Mas o efetivo para cobrir aquela cidade de 800 mil habitantes... Feira de Santana conta com 600 mil habitantes e são 1.300 policiais. Esse número não dá diante da violência que Feira de Santana tem. Agora, imaginem 158 policiais para 800 mil habitantes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Eu quero agradecer, Sr. Presidente, e deixar um recado. A Bahia precisa acordar. Nós temos que parar de hipocrisia! A verdade tem que ser dita para salvar a vida do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo ou da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar Avante/PSB/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Com a palavra o nobre líder do Governo ou da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Deputado Fabrício, vai falar? Cinco minutos? Cinco minutos, Fabrício?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Fabrício Falcão: Cinco minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, o deputado Fabrício; e, 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Por 5 minutos, o deputado Fabrício.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar pelas medidas restritivas na Casa Legislativa. Esta não é hora de abriremos a Assembleia. Então concordamos com o que a Mesa determinou.

Em segundo, eu quero parabenizar todas as mulheres pelo seu dia, que foi o dia 8 de março, ontem, um dia de celebrações, mas também um dia de lutas, porque o Dia Internacional da Mulher veio no intuito de buscar o valor e o respeito da mulher na sociedade, ao redor do mundo, no Brasil, fora do Brasil e, desta forma, a mulher ser respeitada.

Hoje as mulheres têm maior espaço nas cadeiras universitárias, nos concursos públicos. Mas quando é para indicação, elas são “menorizadas”; quando é pela questão de dirigir empresas, também vão ter os seus salários reduzidos.

Então, nesse aspecto, é um dia de celebração, mas também de vitórias. Então, nisso aí, eu saúdo as mulheres baianas e, nesse aspecto, todas as deputadas baianas que estão na Assembleia Legislativa hoje, representando as mulheres e o povo brasileiro.

Há também um fato importante, que foi a questão do presidente Lula, o qual, ontem, de certa forma, foi absolvido por essa Operação Lava Jato, a qual foi, na verdade, um conluio do Ministério Público Federal com o juiz Sergio Moro.

Hoje, o Brasil e o mundo sabem o que este homem representa para a sociedade, que foi um bandido, que destruiu empresas, destruiu milhares e milhões de empregos no Brasil, principalmente na construção civil. Tínhamos uma das maiores empresas de construção civil do mundo que, praticamente, veio à falência.

Agora, se comprova que o que ele queria mesmo era um golpe político, um golpe de estado para garantir que este que está aí hoje, este genocida chamado Bolsonaro, viesse ao poder.

E estamos hoje contabilizando mortes e mais mortes no país. Já são mais de 260 mil pessoas mortas, chegando à casa de 2 mil pessoas diariamente. O vírus não é brincadeira, é grave.

Infelizmente, algumas pessoas estão negando-o. As pessoas não estão sabendo o que está acontecendo, a não ser quando pessoas de sua casa ou de sua vida familiar ou de amigos acometem de forma doente.

Então, eu quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Lula, porque foi injustiçado, e agora a justiça veio mostrar a verdade dos fatos.

Nesse aspecto também eu quero, Sr. Presidente, dizer que para nós é importante aprovarmos hoje este empréstimo de R\$ 500 milhões para a Embasa. Depois da apresentação do presidente, o Rogério Cedraz, podemos ver que esse valor, adentrando com outros valores que já têm na caixa da Embasa, serão mais e mais recursos para o saneamento e para levar esgoto e água para toda Bahia.

Eu estou feliz porque moro numa cidade que tem quase 93% de tratamento de água e esgoto, o maior do Norte/Nordeste, um dos maiores do Brasil.

Mas, com toda certeza, através desses recursos, a Embasa pode levar água a quem mais necessita e, também, esgotamento sanitário.

Finalizando, eu quero só falar o seguinte. No Democratas têm pessoas ruins, têm filiados que não prestam, mas têm bons filiados, a exemplo do líder Sandro Régis, do prefeito ACM Neto, do Rodrigo Maia. Em todo partido têm pessoas boas e ruins. No PCdoB têm pessoas boas e ruins, no PT também.

Acho que devemos ter um certo respeito ao tratar um partido, porque partidos são feitos de gente, partidos políticos são feitos de pessoas. Em todos os partidos têm pessoas boas e ruins.

Não podemos agredir partidos políticos. Você pode agredir uma pessoa de um partido. Agredir a prefeita de Mucugê é um fato isolado. Mas agredir um partido, a agremiação inteira, eu acho isso ruim. Acho que, no PDT, têm pessoas boas e ruins, no PSOL, no PSTU, no meu partido. Então, em todos.

Gente, vamos ter prudência no ataque, às vezes, desnecessário, a uma agremiação que têm pessoas boas e ruins. Em todos os partidos, é dessa forma.

Aqui vai o meu respeito ao Democratas, a todos os partidos que compõem esta Casa e a todos os colegas de forma geral.

Presidente, obrigado. Esta é a minha fala.

Continuaremos aqui. Ao contrário do que muitos pensam, 2020 e 2021 foram anos em que os deputados da Bahia, deputados de Governo e de Oposição, mais trabalharam, porque nós criamos um partido político chamado partido da Bahia, que são 63 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que, no combate à Covid, estão trabalhando de mãos dadas no enfrentamento desse vírus. Logo logo, vamos retomar a economia quando o genocida do presidente liberar as vacinas para o Brasil.

Esta é a minha fala.

Muito obrigado ao senhor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Bom dia a todos e todas.

Eu quero, inicialmente, me solidarizar com o deputado Carlos Geilson por sua perda.

Quero, também, Sr. Presidente, conclamar os deputados que, hoje, querem uma Casa aberta, e dizer que não fechamos a Casa. A Assembleia Legislativa vem trabalhando de forma virtual e votando importantes projetos.

Mas, como já foi dito anteriormente e secundado por V. Ex.^a que tomou esta decisão, o nosso não é um trabalho individual, pois dependemos de assessores e de servidores da Casa. Esses têm colocado as suas vidas em risco. Esse certamente não é o cenário que nós desejamos. então seguiremos nas sessões virtuais. Portanto, apoio a Mesa Diretora na sua decisão de, junto com o governo do estado, permanecer com medidas restritivas rigorosas.

Quero, em terceiro lugar, saudar todas as mulheres baianas, as deputadas baianas que defendem e representam as mulheres na Assembleia Legislativa, nas suas lutas diárias por igualdade de direitos. Nenhum direito a mais, porém, nenhum direito a menos, no enfrentamento da violência contra as mulheres e contra todos os tipos de violência.

Saúdo a Assembleia Legislativa, na pessoa da presidenta, deputada Olívia Santana, pela campanha que ora se iniciou.

É importante que a gente possa, sim, votar projetos importantes, Sr. Presidente, de iniciativa das deputadas, para benefício das mulheres baianas, porque isso significaria a priorização daquele que representa 52% do eleitorado.

Aproveito para cumprimentar a nossa presidenta da Unale, deputada Ivana Bastos, que vem representando muito bem as mulheres baianas.

Mas, como presidente da Comissão de Educação, eu quero fazer alguma fala no que tem sido feito pelo governo do estado e por esta Assembleia Legislativa em reuniões permanentes com o governador Rui Costa, com o prefeito Bruno Reis, com prefeitos representados pela UPB, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com o Tribunal de Justiça, com os secretários de Saúde e de Educação, Marcelo Oliveira e Jerônimo. De fato, nós temos um momento crítico da saúde com as cepas cada vez mais predominantes. A cepa brasileira, com risco de infecção, com o pré-colapso da saúde, e ninguém aqui poderia defender o retorno presencial às aulas neste momento. Ainda que a gente defenda o direito de ter educação como um direito extremamente importante que precisa ser rapidamente, assim que os índices permitirem... Esses índices já foram definidos, que são os índices de mortalidade, os índices de leitos e os índices de casos ativos que, neste momento, não são permitidos...

Uma outra coisa, o planejamento e o retorno da aula remota. Durante o ano de 2020, assisti às secretarias municipais e à Secretaria do Estado programando essas atividades. Não são atividades fáceis diante da desigualdade digital que nós vivemos em nosso estado. Mas esse planejamento remoto foi entregue ao Ministério Público, foi apresentado pelo secretário Jerônimo e pelos secretários municipais. E certamente, vão ensinar a participação dos alunos de forma digital, aqueles que não podem ir à escola, com projetos de banda-larga, para receberem e baixarem os aplicativos; e mesmo aqueles que não têm acesso digital poderão receber os cadernos pedagógicos. No ano de 2020, obviamente, ninguém imaginou, com a maior crise sanitária, que a

gente pudesse chegar ao fim do ano com a mesma situação que nós tivemos no início do ano, e até pior.

Hoje já está definido, em comum acordo, com o secretário Marcelo Oliveira e com os secretários da UPB, o currículo contínuo para que não haja perda do ano letivo 2020/2021.

Mas, lógico, a pandemia nos levou a um desastre na saúde, com perda de vidas, a quem também me solidarizo, e um desastre devastador na educação. A falta de coordenação do governo federal não só no provimento de vacinas... Eu quero concordar com o deputado Prisco. Deputado, nós estamos submetidos ao Plano Nacional de Imunização. É ato de improbidade administrativa vacinar no faseamento que foi definido professores e policiais militares. Defendo – e já ganhamos agora nos trabalhadores da educação – o faseamento na primeira fase dos policiais militares, dos garis também e dos motoristas de ônibus, para que os que realizam serviços essenciais que estão em vigor possam ter vacina.

Mas, com a incompetência do governo federal – e eu estou concordando com V. Ex.^a, deputado Prisco, em relação a policiais militares –, não se conseguiu adquirir vacinas em tempo hábil. Hoje, nós vivemos com menos de 4% da população vacinada; hoje, nós estamos com recrudescimento da pandemia, vinda de novas cepas, e nós vamos pagar, infelizmente, com vidas.

O governo estadual tem feito o seu esforço. Tanto assim, que o coronavírus tem o menor índice de mortalidade, de letalidade...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) não tivemos um colapso de saúde ainda... Só com a sua vênica, Sr. Presidente.

Eu quero, aqui, exaltar a união que está sendo feita em reunião com prefeitos, suprapartidariamente, e a aliança que foi feita nesta Casa entre o deputado Sandro Régis e o deputado Rosemberg para aprovarmos projetos importantes. Esse é o espírito que eu, em plena pandemia, quero defender. Continuar trabalhando virtualmente, como temos feito, exaltar o espírito republicano e democrático em prol da vida, em prol da saúde, em prol da educação, na defesa dos policiais militares, dos policiais civis. É isso que a população espera desta Assembleia, e é isso que nós estamos fazendo.

Por fim, saudar todas as mulheres, dizer que é muito importante que as mulheres também estejam num movimento em defesa da vida por mais vacinas, por vacinação já, que é a única forma que a gente vai ter de retomar empregos, saúde, educação e tentar salvar os danos que, com certeza, já são irreparáveis e não dependeram da vontade de nenhum governante ou gestor na cadeira, e sim da infelicidade de termos a maior crise sanitária dos últimos 100 anos.

Primeiro a vida, depois a defesa de tudo o que a gente tem para resgatar: empregos, a nossa economia, a educação.

E é isso que quero dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Parabenizando a sua gestão por esse equilíbrio, por essa harmonia suprapartidária em defesa da vida.

Viva o 8 de março!

Viva as mulheres! A nossa luta diária aumentando.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/MDB, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Alan Sanches; pelo tempo de 5 minutos, o nosso caro amigo deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, nobre líder.

Por seis minutos, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Oi, querido, queria saudar todos os deputados e deputadas presentes que acompanham esta sessão, para que eu possa primeiro parabenizar todas as mulheres do dia de ontem.

Eu gostaria de chamar a atenção de V. Ex.^{as} sobre duas coisas. A gente passa por um momento extremamente complicado que é o dessa pandemia. Peço um parêntese aqui para também prestar minha solidariedade ao meu amigo deputado Carlos Geilson pela sua perda irreparável, meu amigo, a sua perda. Eu, que também perdi meu pai já tem alguns anos, eu sei que é uma perda irreparável, por mais que estejamos preparados, a gente nunca está preparado. Então, meus sentimentos sinceros a você, meu amigo, deputado Carlos Geilson.

Falando isso, amigos, voltando ao assunto dessa pandemia que tem dizimado a população da Bahia, de Salvador, do Brasil, existem algumas atividades que foram colocadas como não essenciais. E eu queria fazer uma reflexão por V. Ex.^{as}. Algumas atividades nós sabemos que dependem do mérito de cada um. Mas eu queria falar sobre os advogados, os serviços advocatícios. Eu recebi, inclusive, alguns questionamentos e pedidos para que eu tentasse ajudar de alguma forma escritórios que foram lacrados, escritórios de advocacia.

Quando o governador... A gente sabe que nesse período nós precisamos ir adequando: são coisas novas, que vêm aparecendo cada vez mais. Essa onda está muito pior do que no ano passado, nós sabemos disso, parece que essa cepa, que essa variante é muito mais perigosa e maléfica do que a anterior. E o que eu queria trazer para a reflexão de V. Ex.^{as} – e eu encaminhei, inclusive, um ofício ao Sr. Governador Rui Costa – é justamente sobre os serviços jurídicos.

Nós sabemos que há uma enxurrada de pessoas solicitando a inclusão da sua atividade como atividade essencial. Mas, no setor jurídico, o que eu quero dizer é o seguinte: existe um prazo, e esse prazo, esse prazo não foi prorrogado. Como o advogado, que vai precisar do seu advogado adjunto, do seu assistente, do seu estagiário, vai contar, se ele não pode trabalhar, se ele está impedido?

V. Ex.^a, deputado Adolfo Menezes, presidente, se o Ministério Público o colocar, fizer algum questionamento, ele vai lhe dar um prazo de 15 dias, 10 dias para que V. Ex.^a possa responder; mas só que o advogado, pelo decreto, não pode atender, ele não pode usar o seu escritório. Então, o prazo continua sendo contado, mas só que o advogado não pode trabalhar.

Mais uma vez, se o advogado for chamado para responder alguma coisa com relação à pensão alimentícia, algum pai que, no caso, deixou de cumprir com seus... ou não, mas que recebeu a queixa, um mandado, inclusive, de prisão por não pagamento de uma pensão alimentícia, o seu advogado também não vai poder trabalhar, ele não pode ter acesso ao seu escritório.

Eu dou o exemplo disso, mas pode ser qualquer outro tipo de exemplo. O que eu quero dizer é o seguinte: o advogado está impedido de trabalhar, de usar o seu escritório, mas os prazos, os prazos da Justiça não foram suspensos. Então, não existe essa possibilidade de impedir que o advogado trabalhe enquanto os prazos estão correndo na administração pública, na administração privada, em qualquer que seja o tipo de ação. Os prazos estão mantidos, e os advogados estão impedidos de trabalhar.

Eu acho que não foi por maldade absolutamente de ninguém, nem do governador, nem de ninguém, nem da própria prefeitura em fazer essa fiscalização. Mas nós temos que repensar essa atividade. Por isso eu solicitei que, durante o decreto, estendesse também para essa atividade, colocasse como atividade essencial os serviços advocatícios, os serviços jurídicos, os serviços com os advogados.

Em outros estados já foram estendidos por entenderem da mesma forma que eu estou entendendo. Eu sei que quanto menos pessoas estiverem na rua é muito melhor para que a gente diminua a taxa de transmissão, a taxa de contágio, é lógico, mas nós não podemos permitir que no caso se mantenham os prazos jurídicos e não se dê a permissão para que os advogados possam trabalhar, inclusive, lacrando os seus escritórios.

Então, eu peço a reflexão e a ajuda de V. Ex.^{as} e, mais uma vez, um parêntese. Eu gostaria de dizer o seguinte: eu defendo, inclusive, que as academias devem abrir; igualmente às igrejas, que têm 30%, que permitissem também às academias os 30%. Mas isso é questão de mérito, aí é questão de mérito e de entendimento.

Mas, com relação aos serviços jurídicos, não é questão de mérito. É extremamente necessário que os advogados possam permanecer trabalhando. Não têm como não trabalhar quando eles precisam cumprir os prazos regimentais estabelecidos pelo Tribunal de Justiça. Está bom?

Agradeço pela paciência e tolerância de todos os colegas, deputados e deputadas presentes na sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): Nos 5 minutos restantes, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Está aberto?

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes): O.k., deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente Adolfo Menezes, colegas, eu quero...
(Interferência na conexão.)

...da minha fala e agradecer a solidariedade de todos os pares desta Casa, emocionado, sensibilizado com os discursos, com as palavras de carinho, de estímulo, neste momento de profunda dor e de uma consternação muito forte para nós da família do Sr. Carlos Gomes da Silva. Faça, no início deste discurso, um espaço para dizer: muito obrigado a todos pelas manifestações de carinho.

Eu ouvi atentamente todos os discursos, e quero começar pelo discurso do deputado Soldado Prisco. Prisco, você tem razão. Na Bahia, o toque de recolher já acontece há muito tempo em algumas localidades, localidades comandadas pelo tráfico. O tráfico é que diz a hora que o comércio vai fechar, é o tráfico que diz a hora que as pessoas vão circular pelas ruas da comunidade, pelas ruas do bairro.

Então, não há nada de novo, apenas o toque de recolher está oficializando o que na prática já acontece. O choro do governador em uma entrevista à *Rede Bahia* mostra o líder estressado, acuado, demonstrando sinais de impotência para resolver, para enfrentar a pandemia. Quando o líder chora e mostra sinais de fraqueza é porque o caso é grave e é muito grave.

O governador é um ser humano, é verdade, e sobre os seus ombros pesam decisões importantes. Mas, quando ele mostra fragilidade, quando ele mostra que, emocionalmente, está aos farrapos, isso nos preocupa porque o buraco é muito mais embaixo. E quem está falando é uma pessoa que teve Covid e que ficou internada em UTI, passou 6 dias em um hospital; é quem tem um irmão que passou 10 dias em um hospital, internado; é quem perdeu o pai, agora, no dia de ontem, para a Covid.

Então, eu sei que a situação é grave, gravíssima, em nosso estado. Mas o governador também deve fazer uma mea-culpa que todos nós políticos devemos fazer. O governador participou em Feira de vários atos públicos, inclusive aquele, na véspera da campanha, que se intitulou a maior carreatá já realizada no município de Feira de Santana.

Meus amigos e amigas, o que é que nós depreendemos disso? É que nessa emoção do governador está o agravamento da crise, a sua mea-culpa, a demonstração de sinais de fraqueza nesse combate a um vírus que cada vez mais recrudesce.

Outra questão, quando o deputado Alan Sanches fala das academias. As igrejas podem abrir com um percentual, as academias devem abrir porque é justamente onde o cidadão vai procurar cultivar o seu corpo para manter a saúde. É um contrassenso, na minha opinião, as academias estarem fechadas. Claro que elas não devem funcionar na sua totalidade, com a sua capacidade máxima. Devem funcionar com um número reduzido, seguindo protocolos rígidos de saúde. Aquelas academias que não cumpram esses protocolos devem ser fechadas por esse período, devem ser desativadas. Mas fechá-las totalmente, eu sou contra e acho que é uma medida não correta.

Você fecha uma academia, mas os ônibus andam lotados, apinhados, o metrô cheio de gente. Quer dizer, só pega o vírus na academia? No metrô não pega? No ônibus

coletivo não pega? Então nós temos que fazer uma avaliação totalmente diferente. E eu sou favorável que as academias funcionem com rígido padrão de fiscalização, com capacidade reduzida, e vamos defender isso.

Outra questão, a deputada Olívia Santana, a quem eu quero parabenizar pelo seu pronunciamento, defende o Março Mulher, neste mês de março, mês dedicado às mulheres, que projetos das deputadas sejam votados nesta Casa. E é necessário, presidente Adolfo Menezes, que assim que a pandemia venha a arrefecer, que possamos ter sessões híbridas com aqueles que podem participar das sessões presenciais, aqueles que estão em grupo de risco possam participar de forma virtual, mas eu sinto falta, entendo o momento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON: Eu estava tomando gosto agora, mas tempo é tempo, quero ser regimental, mas dizer que um projeto como esse de R\$ 500 milhões, por mais importante que seja para o estado da Bahia, deveria ser discutido numa sessão presencial.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olha, nós não vamos usar o tempo, eu só quero apenas aproveitar esse tempo do meu partido, vou usar 2 minutos, no máximo, para ressaltar essa questão que foi levantada inicialmente na sessão com relação ao Ministério Público nas ações que já perduram nesta Casa há muito tempo com relação a concurso e Reda.

Olha bem, uma coisa estava vinculada a outra. No momento em que o concurso em 2018 foi expirado por decisão, inclusive com consulta feita por esta Casa, com decisão do ministro Og Fernandes, então é como se não existisse mais esse processo, não há razão de questionamento do Ministério Público sobre os atos internos da Assembleia Legislativa da Bahia.

Eu quero chamar a atenção de cada colega, porque nós precisamos fazer a defesa coletiva da individualidade, do respeito à Casa Legislativa baiana. Em novembro do ano passado, nós aprovamos aqui, por iniciativa do Ministério Público, 900 cargos comissionados para o Ministério Público do estado da Bahia. Em momento algum houve questionamento, por qualquer deputado ou pelo presidente da Casa, sobre de que forma o Ministério Público estava fazendo a ocupação desses cargos aprovados por esta Casa.

Então, não faz sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, que a Casa Legislativa seja alvo de determinados constrangimentos públicos, que eu sei que não é da totalidade do Ministério Público, mas de agentes do Ministério Público com o objetivo, na minha opinião, único de expor a forma administrativa da Casa.

A Casa tem suas regras próprias, seu Regimento Interno, tem a Mesa Diretora da Casa, a Presidência, e cabe a esses instrumentos fazer a gestão administrativa dela. Não interessa para o Ministério Público ou para qualquer outro ente da sociedade civil a forma como ela está sendo gerenciada dentro da regulação do seu Regimento Interno.

Por isso que eu fiz questão de falar isso, houve uma fala inicial sobre o tema, mas eu acho que a gente precisa incorporar esse que a sociedade às vezes chama de “espírito de corpo”, mas, nesse momento, nós precisamos ter, sim, “espírito de corpo”, porque em momento algum eu vejo esta Casa aqui, seja por individualidade dos parlamentares seja por uma posição coletiva, fazer questionamento à gestão do Executivo, ou do Legislativo ou do Ministério Público ou da Defensoria Pública.

Portanto, eu quero expressar isso aqui como indignação. Pedir, inclusive, ao presidente que faça uma reunião com a presidenta do... a chefe do Ministério Público, do Ministério Público aqui da Bahia, com a presença dos líderes da Maioria e da Minoria, para que a gente possa conversar e ter uma relação prática, democrática, aquilo que permite as relações de estado de direito. Nós não podemos ficar aceitando as ingerências que alguns representantes do Ministério Público querem fazer na Casa Legislativa, muito mais com o objetivo midiático do que efetivamente do ponto de vista de gestão, porque aqui nós temos um Regimento que faz com que esta Casa funcione.

É com esse espírito, Sr. Presidente, que eu queria falar aqui, chamando todos os deputados e deputadas para que a gente crie, de fato, um posicionamento para defender os atos administrativos da Casa Legislativa da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Sandro. Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, minha questão de ordem, eu vou dividir em dois momentos, mas usarei o tempo regimental, não se preocupe.

No primeiro momento, eu quero concordar *ipsis litteris* com o que o nobre líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, falou. No ano passado, não sei se V. Ex.^a se recorda, nós votamos um projeto do Ministério Público criando – eu não recordo aqui o número, se algum deputado puder me ajudar - criando inúmeros cargos de confiança, cargos comissionados para o Ministério Público, e em nenhum momento a Casa questionou como seriam usados ou de que forma seriam usados esses cargos comissionados.

Já votamos aqui diversos projetos, diversos projetos do Tribunal de Justiça, projetos esses criando cargos, projetos esses que entendemos no momento corretos, encaminhados à Casa do poder de lei. E sempre a nossa instituição, a nossa Casa vem sendo, de uma forma ou de outra, questionada por nossas atitudes e por nossa forma de trabalhar.

Sr. Presidente, será que nós servimos para votar todos esses projetos que chegam durante o nosso período legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da

Defensoria Pública, nós servimos para votar, e não servimos à Casa para exercer o nosso papel de direito que o povo nos consolidou? Eu também, até mais cedo, perguntei a V. Ex.^a se queria que eu entrasse no mérito. E eu falo porque antes eu participei intensamente desse processo quando fui vice-líder, vice-presidente, segundo-vice-presidente da Mesa Diretora com o então presidente deputado Marcelo Nilo. E, desde então, criamos 400 cargos, Sr. Presidente, para o Ministério Público, cargos comissionados, e nem por isso questionamos por que não fizeram concurso em vez de mandar um projeto criando 400 cargos.

Então, está na hora, Sr. Presidente, da mesma forma que esse Parlamento hoje, conduzido e liderado por V. Ex.^a, da mesma forma que nós respeitamos todos os poderes coirmãos, nós também devemos exigir que façam o mesmo com a Assembleia Legislativa da Bahia, porque ao meu modo de ver, como parlamentar, eu acho um absurdo o Ministério Público requerer a V. Ex.^a e à Mesa Diretora uma lista com o nome das pessoas e o salário que ganham. Isso parte da quebra, da individualização de cada profissional. Como é que V. Ex.^a vai expor o profissional, as pessoas que estão trabalhando diariamente nesta Casa?

Então, Sr. Presidente, também falo aqui como líder da Oposição e falo aqui, com certeza, em nome da nossa bancada.

V. Ex.^a tem todo nosso apoio, porque diz um ditado que eu aprendi com a minha avó: só se respeita quem se dá ao respeito. E vamos começar a tratar as instituições coirmãs da mesma forma como vêm tratando o Parlamento.

Eu, como líder, não assinarei mais dispensa de formalidades para a criação de cargos comissionados seja onde for, porque entendo que essa atitude do Ministério Público, além de tudo, é uma falta de respeito para com todos aqueles pais e mães de família que trabalham diariamente em nosso Parlamento.

Quero dizer que o amigo Adolfo Menezes, o presidente da Casa Adolfo Menezes, tem todo o meu apoio como cidadão, como parlamentar, porque a nossa Casa já passou da hora de impor o seu respeito, da mesma forma que nós respeitamos TCE, TCM, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Então, Sr. Presidente, o senhor pode contar conosco. Uma coisa é nós atendermos à lei, e não temos por que fazer diferente, porque andamos corretos, e outra coisa é esse abuso de poder que querem fazer no Poder Legislativo da Bahia.

No segundo momento da minha questão de ordem, Sr. Presidente, eu quero aqui comunicar a V. Ex.^a que o deputado Luciano Simões Filho, como líder do Bloco DEM/MDB, irá encaminhar, no momento adequado, o projeto para a bancada; o deputado Tiago Correia, como líder do bloco PSDB/PRB, também fará o encaminhamento do projeto da Embasa; e o nosso amigo, o deputado Marinho, também irá fazer o encaminhamento como líder do Bloco PSL/PSC/PROS. O deputado Paulo Câmara, que pediu vista do projeto, pede para utilizar o seu direito na Comissão de Constituição e Justiça. E eu, no final, também farei o encaminhamento para toda a Bancada da Oposição.

São essas as minhas palavras, e quero dizer a V. Ex.^a que conte conosco, porque, presidente, só se respeita quem se dá ao respeito.

Muito obrigado por sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado líder Sandro Régis.

Antes de colocar em votação os dois projetos que nós temos nesta manhã, eu gostaria aqui de citar os deputados presentes: deputado Aderbal, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Jr., Bira Corôa, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araujo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Temos aqui o Projeto de Lei nº 24.041/2020, do Poder Executivo, que (Lê) *“Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito interna a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e o Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.”*

Com a palavra, como membro da CCJ, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara: Pronto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pronto, Sr. Deputado, está normal.

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente, obrigado. Sr.^{as} e Srs. Deputados, nem vou utilizar meu tempo todo, é só para trazer esclarecimentos técnicos e para os fatos virem à luz da verdade com relação ao município de Mucugê.

Acabei de falar com a prefeita e pasmem, Sr.^{as} e Srs. Deputados: foi dito aqui que a prefeita derrubou 20 propriedades de coitados, de pessoas que não têm onde morar, pessoas que estão ali desesperadas. Mentira! Dessas 20 propriedades que foram derrubadas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, 19 já têm residência própria. Ou seja, 19, das 20 residências que foram derrubadas, já têm residências próprias.

E as pessoas que invadiram essa área, uma APA, Área de Proteção Ambiental... O município de Mucugê já tinha sido notificado pelo Iphan e, portanto, cumprindo processo administrativo, essas 20 pessoas já tinham sido notificadas por diversas vezes. Mas é aquela teoria: “vamos invadir”. Pessoas que já tinham casas. Então, é uma vergonha!

Portanto, quero parabenizar a prefeita Ana Medrado pela sua coerência, pela sua responsabilidade administrativa em não deixar essa “turma da boquinha” querer invadir

terra alheia, terra pública. Terra pública é de todos nós, é do município de Mucugê, não é para essa gente preguiçosa que se aproveita desse momento para invadir e depois alugar ou vender para terceiros. Apenas uma moradora não tinha residência e já está sendo acolhida pela Prefeitura de Mucugê.

Então, Sr. Presidente, é restabelecer a verdade dos fatos. Essa politicagem rasteira que as pessoas gostam de fazer não dá mais. Esses foram os fatos que aconteceram em Mucugê. Essa foi a decisão coerente e respeitosa da prefeita Ana Medrado. E, aqui, quero registrar esse fato que aconteceu.

E o segundo assunto, Sr. Presidente, é para dizer que estive com o presidente, falei com o presidente Rogério, da Embasa, que me explicou como seria feito o projeto, como seria aplicado, as regiões que seriam favorecidas.

Acho que a Oposição responsável é assim. Quando eu faço uma crítica ao governo do estado, faço uma crítica construtiva por me achar indignado e por achar que o deputado tem o dever e a obrigação. Ser Base do Governo não é ser subserviente, não é ser submisso. É saber se respeitar, é saber colocar as coisas certas. Ou qualquer deputado chegue agora no seu Instagram, no seu Facebook e diga que a educação da Bahia é uma maravilha, que recebeu nota zero, ou faça um outdoor, bote lá parabenizando. Não sei se vocês teriam coragem.

Então, quando faço uma crítica à educação, é uma crítica porque eu quero a educação do meu estado cada vez melhor. Não critico as pessoas, critico o CNPJ. Essa sempre foi a minha postura. E a postura da Oposição responsável, liderada pelo líder Sandro Régis, faz assim.

O projeto da Embasa é bom para a Bahia, deve ter e terá o meu apoio e o meu voto porque sou um deputado coerente. Não vim aqui para fazer oposição por oposição, nem essa politicagenzinha rasteira que alguns deputados gostam de fazer. Tem de ter coerência, trabalhar em prol da Bahia. E se o projeto é a favor da Bahia, contará com o meu apoio e com o meu voto, sob a liderança do líder Sandro Régis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Pois não. Me ouve bem, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estou ouvindo, Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Presidente, venho encaminhar o voto da Bancada PSDB/PRB. Como colocou o nosso líder Sandro Régis, quero reforçar o que trouxe o deputado Paulo Câmara. Não estamos felizes com a educação na Bahia, os números estão aí para mostrar, nosso Ideb vem numa decrescente. Nós vemos a Bahia ocupando os piores índices educacionais, com nota zero no ano que passou, em plena pandemia. Então, não podemos ficar felizes com isso e viemos aqui reforçar essa crítica, como Paulo disse, ao CNPJ.

Não queremos apontar o dedo para ninguém, mas o governo que vem à frente do estado há praticamente 13 anos não conseguiu implementar uma política de educação

e a Bahia é campeã em analfabetos, a Bahia é campeã em crianças fora da escola. Então, nós não podemos concordar com isso.

Em relação ao projeto da Embasa, Sr. Presidente, nós tivemos a apresentação do presidente Rogério, participamos dessa reunião que foi muito proveitosa. O presidente apresentou os números da Embasa, os números financeiros. A empresa, pelo menos pelo que ele apresentou, tem uma saúde econômica e financeira muito boa. Ela vem finalizando alguns empréstimos que estão em andamento, que foram contratados há algum tempo, e tem disponibilidade para tomar novos.

Salvo engano, hoje ela tem 26% de suas receitas comprometidas com empréstimos, quando a média do mercado de empresas que operam como a Embasa é de 40%. Por isso, nós vamos, sim, encaminhar pela aprovação desse importante projeto, entendendo que são recursos que serão implementados em prol dos baianos.

Então, encaminho a nossa bancada à aprovação desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Tiago.

Passo a palavra ao deputado Josafá Marinho, pelo PSL/PSC/Pros.

Com a palavra o deputado Josafá.

O Sr. Josafá Marinho: Sr. Presidente, me escuta?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim.

O Sr. Josafá Marinho: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, antes de fazer o encaminhamento, quero me solidarizar com nosso amigo deputado Carlos Geilson pela grande perda do seu pai. Só quem perde sabe dessa dor que tanto nos traz ao peito. Não é fácil! Mas que Deus abençoe e conforte o coração da família.

Também quero parabenizar as mulheres, especialmente as nossas deputadas da Casa. Na pessoa da nossa presidente da Unale, Ivana, quero parabenizar as demais deputadas e também as funcionárias da Casa. Também quero parabenizar as mulheres pescadoras e marisqueiras da nossa Bahia, do nosso Brasil, do nosso mundo, enfim.

Sr. Presidente, quero fazer uma justificativa do pedido de vista, até mesmo porque, às vezes, alarmam como se a gente estivesse procrastinando algo importante. Mas, como foi dito de forma bem contundente, de forma tranquila pelos nossos líderes, principalmente pelo nosso líder Sandro Régis – a quem eu agradeço pela condução, e também parabenizo o deputado Rosenberg Pinto –, a Casa traz consigo esse espírito republicano, acima de tudo, de responsabilidade.

Não podíamos, num primeiro momento, fazer vistas grossas para um projeto tão importante para a nossa Bahia. É justo esse empréstimo que a Embasa, de forma tranquila, expôs, e nós entendemos a posição, principalmente sabendo que, em alguns pontos, a Embasa ainda tem de se especializar e também investir.

E chamo atenção para o investimento, que já foi garantido, não só pelo presidente da Embasa, mas pelo governador do estado – isso pessoalmente a mim – sobre a água, sobre a adutora de Anagé para Maetinga e Jânio Quadros. Presidente Jânio Quadros é a minha terra natal e houve essa garantia. Por isso também que nós discutimos a respeito dessa situação, porque não é saudável para as pessoas, principalmente de Jânio Quadros, que recebem, hoje, água salgada. E a Embasa cobra por isso. Estamos aqui

fazendo esse registro, mas essa adutora foi garantida, o projeto já está em andamento. E quero agradecer por essa situação, por essa satisfação que o governo nos deu.

Sr. Presidente, encaminhando pelo nosso bloco, pelo Patriota/PSC/PSL, quero dizer que somos, sim, favoráveis à aprovação do projeto por tudo que estudamos sobre ele. Foi bem estudado, por isso que pedimos vista, com responsabilidade, em cima de todos os projetos. Aqui estamos com espírito democrático, republicano e, acima de tudo, quero dizer que vamos, sim, encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar, o deputado Luciano Simões Filho, pelo DEM/MDB.

Deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho: Bom dia a todos, colegas deputados e deputadas. Quero me solidarizar com o nosso nobre colega Carlos Geilson pela perda do seu pai. Muita força, meu amigo, muita paz. Parabenizar todas as mulheres da Bahia e do Brasil, e faço uma homenagem a nossa colega Ivana Bastos, grande presidente da Unale. Parabéns a todas por todas as conquistas e os demais desafios que vêm à frente.

Sr. Presidente, venho, neste pronunciamento, liderando o meu Bloco Parlamentar Democratas/MDB, encaminhar o voto do nosso bloco parlamentar a favor do projeto que está em discussão. E gostaria de agradecer pela disposição dos colegas da minha Bancada da Oposição que participaram desse debate com o presidente da Embasa.

Mas não poderia deixar de salientar uma opinião que é particular, que é minha, de que há uma vontade desde sempre, desde o início do governo Rui Costa, pelo menos no meu entendimento, de que eles querem privatizar a Embasa. E esse é mais um passo para a privatização da Embasa. Venho acompanhando que a Embasa vem abordando alguns municípios do interior, apurando a renovação dos contratos de concessão.

Não vejo a privatização, a princípio, como uma coisa ruim. Mas tem de ser modelada na realidade do nosso estado, da nossa Bahia, que é composta por mais de 70% de pequenos municípios onde, infelizmente, o serviço da Embasa é muito ruim e tem de ser melhorado. Então, acho que esse empréstimo é uma oportunidade para que a Embasa mude essa imagem perante os municípios mais pobres do estado.

Esse é o voto que encaminho do meu bloco, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputado Hilton, quer encaminhar?

O Sr. Hilton Coelho: O.k.

Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, vou antecipar que o nosso voto, do PSOL, do PCB e da Unidade Popular, será um voto a favor do projeto. Nós entendemos que, como outros projetos que já foram votados nesta Casa, que vêm no sentido de dar mais musculatura financeira às possibilidades de a empresa captar recursos para projetos, que são projetos legítimos, esse também significa um projeto de fortalecimento da nossa Embasa.

No entanto, não poderíamos perder a oportunidade, dada a gravidade da situação, de nos posicionarmos em relação aos riscos que a empresa está passando. O último discurso do governador, aqui mesmo, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, aponta, a nosso ver, para um processo em curso de privatização da empresa. Essa é a realidade.

A perspectiva de se abrir o capital da Embasa para o mercado financeiro e para organismos privados significa colocar a empresa para funcionar na lógica de buscar o lucro para os investidores privados. Isso significa um processo de desestatização, como falam os grandes especialistas sobre o tema e como sempre estão frisando as lideranças do movimento sindical, especialmente os dirigentes do Sindae, e todas as organizações que se relacionam com essa defesa da democratização da água, da contraposição da água como mercadoria.

Então, para nós, é importante que o projeto seja aprovado, por isso o nosso voto será a favor. Mas nós conclamamos toda a sociedade para se contrapor a essa perspectiva de privatização por dentro da Embasa, porque o discurso do governo é de que a maioria das ações vão ficar na mão do estado. Isso é fato. Mas nós vamos ter a entrada de um sujeito privado com muito peso, e isso tem mostrado a capacidade, por exemplo, no caso da Petrobras, de que a Petrobras funcione a partir de uma perspectiva internacionalizada de garantir lucro para acionistas e não responder às necessidades da nossa população em relação à produção de combustíveis.

A abertura de capital da Petrobras está por trás da situação que nós estamos vivendo hoje, por exemplo, do mercado que tensiona para que nós venhamos a vender as nossas refinarias, o Brasil passe a ter uma produção pífia dos derivados de petróleo e a população, portanto, sofra as consequências de maneira dramática com altíssimos preços da gasolina e do óleo diesel, que motivam, por exemplo, hoje, o segmento, a categoria dos caminhoneiros a remontar, a recolocar o problema da paralisação em nível nacional. Nós podemos ter um processo similar aqui na Bahia em relação a nossa Embasa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) já que a iniciativa privada não tem interesse, não vai ter interesse, isso é fato, em quase 400 municípios que ela vai considerar como municípios deficitários e que, portanto, não são interessantes do ponto de vista do mercado. A tendência é que a Embasa vá abrindo mão, cada vez mais – por uma pressão, por dentro, dos acionistas privados –, da responsabilidade com esses municípios.

E, Sr. Presidente, só para concluir. Nunca, nunca esqueçamos: água é vida. Portanto, água não pode ser tratada como mercadoria. E esse vai ser o trajeto da abertura do capital da Embasa para a iniciativa privada se for vitoriosa essa política do governador Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado. Como...

O Sr. Hilton Coelho: A nossa posição é a favor do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado Hilton.

Srs. Deputados, então vamos colocar em votação, no âmbito das comissões, o projeto do Executivo para prestar contragarantia a essa operação de crédito da Embasa junto ao Banco do Brasil.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário.

Antes de colocar em Plenário, passarei a palavra ao líder Rosemberg e, logo após, ao líder Sandro Régis, para concluirmos a votação desse projeto. Lembrando que nós temos outro ainda, que é o decreto legislativo de calamidade, logo a seguir.

Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, quero rapidamente dizer aqui que o projeto nada tem a ver com a discussão sobre a abertura de capital da Embasa. É um projeto que foi apresentado pelo presidente da Casa no sentido de fortalecer a Embasa no investimento do esgotamento sanitário, de saneamento de água que a Embasa propõe fazer nos próximos anos.

Então, isso nada tem a ver. Eu acho que nós vamos ter um momento oportuno para debater essa tese aqui, e eu quero depois dialogar com os deputados que tiverem uma posição nesse sentido. Até porque, com relação, Hilton, a essa coisa da Petrobras, não é a quantidade de ações que está definindo a política da empresa. Esse exemplo aí vai na linha contrária, porque, como o estado tem a maioria, quem está definindo a política estratégica de fechamento das unidades, da saída do refino é exatamente o governo federal.

Então, se prevalecesse esse discurso, estaria todo mundo querendo a privatização e não a estatização, porque o estado quando toma uma posição para um lado ou para o outro acaba gerando essa situação que está acontecendo na Petrobras. Mas é um tema para a gente discutir depois.

Eu encaminho pela aprovação do projeto, agradecendo os encaminhamentos de todos os blocos partidários, inclusive do deputado Hilton, pela aprovação desse projeto. E eu espero que a gente tenha a unanimidade dele na Casa agradecendo a todos os deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder, o meu amigo Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, só para registrar, o deputado Prisco e o deputado Capitão Alden irão votar contra o projeto, dentro da Bancada da Oposição.

E quero dizer que sempre, Sr. Presidente, continuaremos assim: todos aqueles projetos que vierem desta Casa e nós entendermos que forem projetos positivos para a sociedade baiana, longe da Bancada da Oposição fazer uma oposição sectarista, uma oposição de quanto pior melhor. Essa fase de oposição na Casa já passou. A nossa oposição é uma oposição responsável e, acima de tudo, uma oposição que tem compromisso com a Bahia e com os baianos. Eu, aqui, referendo o encaminhamento de todos os líderes partidários e, com exceção do deputado Prisco e do deputado

Capitão Alden, a Bancada da Oposição votará, Sr. Presidente, favoravelmente ao projeto da Embasa. São essas as minhas palavras.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Sandro. Temos presenciado sempre, acompanhado a posição da Oposição sempre em prol dos 15 milhões de baianos. É claro que existem as discussões normais, estamos num parlamento, na Casa do Povo, numa democracia. Mas vocês todos têm dado a demonstração de maturidade política em prol dos 15 milhões de baianos. Então, o que é bom para a Bahia independe se vem do Executivo ou não. Isso é o que importa.

Em votação no âmbito do Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários dos deputados Capitão Alden e Soldado Prisco.

PROJETO DE LEI Nº 24.041/2020

Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito interna a ser celebrada entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e o Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantia à União, para obter as garantias na operação de crédito interna, até o valor equivalente a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), a ser celebrada entre o Banco do Brasil S.A., na qualidade de entidade financiadora, e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, na qualidade de mutuário, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União.

Parágrafo único – Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à aplicação em Atividades Operacionais e de Investimentos em Saneamento Básico no Estado da Bahia, em consonância com a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Art. 2º – A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Lei será garantida pela União.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas a que se referem o art. 157 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II, ambos do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Projeto de Decreto Legislativo nº 2.932/2021, da Mesa Diretora, que (lê) “*Renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica, para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000*”.

Tivemos como relator o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Projeto de Decreto Legislativo nº 2.932/2021, renova o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica: cidade de Almadina, indicação do deputado que vos fala, Rosemberg Pinto; Itapebi, indicado pela Mesa Diretora, mas encaminhado, também, pelo deputado... (Interferência na conexão.) (...) e Riacho de Santana, encaminhado pelo deputado Vitor Bonfim, para fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

(Lê) “*A Assembleia Legislativa do estado da Bahia decreta:*

Art. 1º - Fica renovado, até o dia 30 de junho de 2021, o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da ocorrência de estado de calamidade pública dos municípios baianos...” que acabei de ler, anexos neste decreto, “*(...) para os fins exclusivos previstos nos incisos I e II, do art. 65, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a consequente dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, em relação a cada Município, a partir da data do encaminhamento à Assembleia, do respectivo ofício para reconhecimento do estado de calamidade pública”. Estendendo também a data de expiração, que expirou o antigo Decreto Legislativo.

(Lê) “*Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, 8 de março de 2021.*

Deputado Adolfo Menezes

Presidente

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva

1.º vice presidente

Deputado Marcelinho Veiga

2.º vice presidente

Deputado Bobô

3.º vice presidente

Deputado Paulo Câmara

4.º vice presidente

Deputado Júnior Muniz

1.º secretário

Deputado Alan Sanches

2.º secretário

Deputado Soldado Prisco

3.º secretário

Deputada Neusa Lula Cadore

4.ª secretária

Justificativa

A Mesa Diretora traz à apreciação dos Senhores Parlamentares desta Casa o presente projeto de decreto legislativo, para dar prosseguimento ao processo de renovação do reconhecimento, pela Assembleia, do estado de calamidade pública dos municípios baianos, estabelecendo um prazo idêntico para todos, ante a constatação de que a pandemia efetivamente se alastrou por todo o Estado, infectando mais de 700.000 pessoas e levando a mais de 12.500 óbitos.

A despeito das medidas de enfrentamento e combate ao coronavírus adotadas pelo Governo do Estado e pelos Prefeitos Municipais, a pandemia ganhou força, entrando em nova fase de recrudescimento, depositando todo o povo brasileiro suas esperanças no processo de vacinação que deve se iniciar em breve, ainda que com atraso em relação a outros países.

Assim, o reconhecimento do estado de calamidade pública dos municípios faz-se necessário notadamente para a dispensa do atingimento das metas fiscais e limitações de empenho estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

Cumpra, portanto, o Poder Legislativo, mais uma vez, o seu dever de prestar apoio aos municípios baianos e à população do Estado, para o enfrentamento a uma das mais graves crises deste século, seja com relação à saúde das pessoas e às dificuldades do sistema hospitalar, seja no que respeita à produção econômica e à geração de emprego e renda.”

Anexo único

Municípios com prazo de reconhecimento de Estado de Calamidade Pública renovado até 30 de junho de 2021

<i>Município</i>	<i>Solicitação (Ofício do prefeito)</i>	<i>Encaminhado através do deputado (a) / Mesa</i>
<i>Almadina</i>	<i>Of. AL. n. 2.884/2021</i>	<i>Rosemberg Pinto</i>
<i>Itapebi</i>	<i>Of. AL. n. 2.883/2021</i>	<i>Mesa Diretora</i>
<i>Jaguaquara</i>	<i>Of. AL. n. 2.886/2021</i>	<i>Nelson Leal</i>
<i>Riacho de Santana</i>	<i>Of. AL. n. 2.719/2021</i>	<i>Vitor Bonfim</i>

É o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação desse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram...

Deputado Sandro Régis, gostaria de usar a palavra.

O Sr. Sandro Régis: Só, Sr. Presidente, para comunicar que o deputado Alden nos informa aqui, em nosso grupo da Oposição, que irá votar contrário ao decreto legislativo. E os demais deputados da Oposição, todos votarão favoravelmente. Era só esse registro, deputado. O deputado Alden contra e os demais deputados da Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O estado de calamidade...

O Sr. Sandro Régis: É. Vai votar contra o estado de calamidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Então, aprovado, com o voto contrário do deputado Capitão Alden.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, hoje às 14h30min, só reforçando, V. Ex.^a convocou uma reunião, e eu queria pedir a todos os deputados da nossa bancada – porque também foi em acordo com o deputado Sandro Régis – para que nós fizéssemos essa reunião hoje à tarde, 14h30min, impreterivelmente, com o horário de se encerrar às 16 horas. Com a participação do governador Rui Costa, do prefeito de Salvador, Bruno Reis, querido colega e ex-deputado desta Casa, e também do secretário Fábio Vilas-Boas, ficando aberta a possibilidade do secretário Leo Prates, se tiver disponibilidade no momento, de também estar presente, para que possam fazer a apresentação dos diagnósticos e das ações tomadas nos municípios da Bahia.

Foi convidado também, pelo presidente, o presidente da UPB, Eures. Por isso, eu queria pedir a todos os deputados exatamente às 14h15min. O *link* será disponibilizado às 14 horas, com a participação dos senhores governador e prefeitos da cidade de Salvador e da cidade de Bom Jesus da Lapa.

Informando também que amanhã, Sr. Presidente, o secretário Manoel Vitório, numa combinação também que eu fiz com o deputado Sandro Régis, fará uma apresentação para a Comissão de Constituição e Justiça e para a Comissão de Finanças e Orçamento, às 10 horas da manhã, sobre o projeto de lei do empréstimo para a área de infraestrutura, o empréstimo que está vinculado ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 1,5 bilhão. Da mesma maneira que nós fizemos para a Embasa, vamos fazer, não só para a Comissão, mas para todos os deputados que tiverem interesse.

Amanhã, às 9h30min, será liberado o *link* para essa apresentação do secretário Manoel Vítório, com a participação de todos os interessados, para que a gente possa entender exatamente as motivações do Executivo com relação ao empréstimo que está tramitando aqui na Casa.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. E quero agradecer a todos os deputados e deputadas da nossa bancada por mais essa sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, Srs. Deputados, só tinha colocado no âmbito das Comissões, vamos colocar agora em Plenário.

Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto contrário do deputado Capitão Alden.

Projeto de Decreto Legislativo nº 2.932/2021 – Mesa Diretora – Municípios: Almadina, Itapebi, Jaguaquara e Riacho de Santana (Publicado no DOEL de 11/3/2021).

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E, logo mais, às 14h30min, a reunião com o governador e secretário da Saúde para tratarmos desse flagelo da Covid.

Nada mais havendo, declaro encerrada a sessão.

Um abraço a todos. Muito obrigado.

Que Deus nos proteja!

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.